



ATA CSDP Nº 06 DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2016. TERCEIRA PARTE.-----

No dia 18 de março de 2016, às 14:15 h, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros: Christiane Neves Procópio Malard, presidente do CSDP, Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público-geral, Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral, Galeno Gomes Siqueira, secretário do CSDP, Thiago Dutra Vaz de Souza, Fernando Campelo Martelleto, Érika Almeida Gomes, Fernando Orlan Pires Resende, Marco Túlio Frutuoso Xavier e Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez, vice-presidente da Adep.-----

Havendo *quorum* regimental, a Dra. Christiane declarou aberta a 3ª parte da 3ª sessão ordinária de 2016, iniciando pelo item 6, da pauta, o estudo para fracionamento das férias prêmio.-----

Dada a palavra à conselheira Érika Almeida, a mesma fez a exposição de motivos, da proposta apresentada na forma do art. 18, do regimento interno, procedimento nº 02/2016, com a proposta de fracionamento pelo período mínimo de 10 dias corridos.-----

Feita a proposta e discutida, vai a mesma ao revisor, conselheiro Fernando Orlan.-----

O conselheiro Wagner fez considerações sobre a possibilidade de revisão da deliberação que trata das férias como um todo. Não vê em princípio nenhum tipo de problema; para a conveniência do serviço haveria grande viabilidade.-----

O conselheiro Ricardo fez considerações sobre a matéria e disse que estudará o tema com afinco.-----

Relativamente ao item 7, da pauta, proposta de suspensão de estágio probatório de membro da Defensoria Pública, ALS, procedimento PAD nº 0863-2505-2015-0-004.-----

Em seguida, o corregedor Ricardo Sales fez a exposição motivada do pedido e relatou sobre a situação.-----


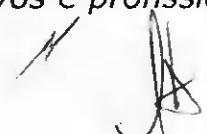

O conselheiro Galeno informou que o interessado apresentou defesa e requereu a sua juntada aos autos, o que foi deferido. Em seguida, o conselheiro Galeno informou que o interessado ALS aviou pedido de reconhecimento de tempo de serviço e que tal pedido deveria ser encaminhado diretamente ao gabinete para análise e este o encaminharia ao DRH, o que foi aceito por todos.-----

Relativamente ao pedido de suspensão de estágio probatório, o conselheiro Wagner disse que votava pela suspensão, com aplicação automática do § 2º do art. 2º, da deliberação nº 5 de 2005, sendo seguido por todos.-----



Resultado: à unanimidade, o Conselho Superior decidiu pela suspensão do estágio probatório do defensor ALS, pedido da corregedoria geral com motivação idônea e não é teratológica, pelo prazo de até 120 dias, contados a partir da instauração do respectivo procedimento administrativo disciplinar.-----

Relativamente ao item 8, da pauta, os informes da Defensoria Geral, a manifestação foi a seguinte: "Nesta sexta-feira (18/03), durante a 3ª sessão ordinária do ano de 2016 do Conselho Superior, a defensora pública-geral, Christiane Neves Procópio Malard, comunicou aos demais conselheiros e defensores públicos presentes os informes da Defensoria-Geral. Informou sobre visita ao secretário de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais, Paulo Guedes, e ao secretário adjunto de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru), Bruno Oliveira Alencar, para tratar de assuntos institucionais e convidá-los para inaugurações da Instituição na Região Norte. Falou sobre a expressividade das inaugurações das comarcas de Francisco Sá, Janaúria e São João da Ponte e da nova sede em Janaúba e sobre a importância de a Defensoria Pública estar marcando presença, colocando-se estrategicamente em comarcas de difícil provimento, "onde os colegas estão bem instalados e realizando um trabalho maravilhoso". Agradeceu a presença da Adep-MG nos eventos e ressaltou o prestígio da cerimônia de abertura da expansão, em Montes Claros. Sobre o protocolo, na ALMG, do primeiro projeto de lei de iniciativa da defensoria pública-geral do Estado de Minas Gerais, ressaltou que a cisão do texto, como já informado a todos, foi necessária devido às limitações impostas pela lei de responsabilidade fiscal, tendo sido encaminhada a primeira parte do texto originalmente aprovado pela classe e pelo CS. Informou que encaminhou para a classe, no dia 17/03, memorando fazendo uma retrospectiva e explicando em detalhes o trâmite da trajetória do projeto no âmbito da DPMG e da Associação de classe. Esclareceu que a entrega do projeto à ALMG ocorreu por ocasião de sua participação em um outro evento na casa legislativa, o que gerou um contato horas antes do evento, da secretaria da presidência, informando sobre a oportunidade de agenda com o presidente, solicitada anteriormente. Falou sobre a importância de a Defensoria Pública exercer sua iniciativa de lei e reportou o trabalho de articulação que tem realizado em prol da tramitação do projeto. Parabenizou a Adep-MG e Anadep pela realização do I Encontro Nacional da Defensoria Pública com os Movimentos Sociais. Falou sobre a apresentação, no dia 11, do projeto do planejamento estratégico da DPMG, destacando a intenção de que a instituição, independente de quem passar por sua gestão, tenha rumo e diretrizes claramente traçados, com critérios objetivos e profissionais.

Alencar






Agradeceu a presença dos conselheiros, defensores e servidores na reunião de apresentação e reforçou a importância da participação de todos. Informou sobre reunião realizada na AGE e no TCE, para tratar de assuntos institucionais relativos às restrições orçamentárias atualmente enfrentadas pelo Governo do Estado. Ciente de que a nomeação e posse dos defensores remanescentes, além de ser um grande anseio da classe, é uma necessidade da Instituição, tem buscado uma solução jurídica para com diversos atores. Informou que a questão está colocada e que é necessário aguardar o retorno, pois seria improbidade administrativa caso tomasse alguma decisão sem um parecer que a ampare, neste sentido. Citou a 1ª reunião da Comissão de Reforma da Deliberação nº 007/2014, que trata do regimento interno do CS e informou o e-mail da comissão: comissaoregimentointernocs@defensoria.mg.def.br. Falou sobre participação na 2ª reunião ordinária de 2016 do Condege e relatou encontro com o ministro do STJ, Sebastião Reis, a quem convidou para participar de uma roda de conversa durante as comemorações dos 40 anos da Defensoria Pública de Minas Gerais, o que foi prontamente aceito. Destacou a divulgação do relatório do monitoramento do PGA 2015-2016, a importância do conhecimento e da análise dos números apresentados pelo documento e ressaltou a relevância da participação de todos na apresentação de sugestões para o PGA 2016/2017. Convidou a todos para as próximas inaugurações da DPMG: no dia 21, apresentação da nova Unidade de Execuções Penais da Defensoria Pública em Ribeirão das Neves, bem como a expansão do atendimento da Instituição na comarca; no dia 28, a solenidade de inauguração da nova unidade da Defensoria Pública em Uberlândia; e nos dias 4, 5 e 6 de abril, as inaugurações das unidades em Vespasiano, Santa Luzia e Ibitité". Fonte: Ascom / DPMG (18/03/2016).-----

A dra. Christiane parabenizou a Defensoria Especializada de Urgências Criminais da Capital pela atuação nas audiências de custódia; disse que o desembargador Hebert Carneiro fez elogios a tal atuação; pediu ao conselheiro Galeno que transmitisse as saudações aos demais defensores e servidores da unidade.-----

O conselheiro Fernando Marteletto saudou os presentes; disse que o Conselho precisa se inteirar melhor de algumas questões; abertura de sedes, por exemplo; mencionou os nomes das novas sedes; fez referência a comarca de Novo Cruzeiro; que pelos registros a colega ocupou a comarca por 2 meses apenas e depois exonerou-se para assumir outro cargo em outra unidade; formulou a seguinte pergunta: quais são os cuidados e as precauções que a administração superior está tomando para evitar o fechamento de Defensorias Públicas em comarcas de difícil provimento; sobre a estruturação e manutenção destas defensorias; qual o número de defensores



ocupando as respectivas defensorias e o risco de termos que fechar algumas das comarcas recém abertas por falta de defensor; sobre o encaminhamento do anteprojeto de reforma da LC nº 65/03, o fato de ter sido encaminhada no dia 02 de março, na semana seguinte à realização da 2ª sessão ordinária de 2016, gostaria de deixar registrado que o fato de não ter sido informado a este Conselho na sessão do dia 26.02.16 revela um desprestígio para com o Conselho, que tem a finalidade de legislar, normatizar; disse que o projeto remonta aos idos de 2012, em que foi inicialmente apresentado pelo gabinete ao Conselho Superior, em ritmo de toque de caixa; disse que era diretor jurídico da Adep à época; que havia uma necessidade premente de se aproveitar uma agenda da Dra. Andrea com o governador Anastasia; que o projeto carecia de uma análise mais aprofundada naquela época; daí a entrega foi postergada; o que perdurou até 02 de março de 2016; não compreende a cisão do projeto de lei; a questão não trazia nenhuma surpresa para o governo; não havia qualquer limitação de ordem legal; o encaminhamento do projeto à assembléia; a cisão não surte efeito prático algum; a não ser inaugurar a iniciativa de lei; para a vida prática, muito pouco vai ocorrer; estruturação, remuneração, condições, de trabalho, prerrogativas, de funcionamento da DPMG como um todo; poderia ter sido aguardado até esta sessão; fez referência ao memo Nº 01 de 2016, apresentado ontem no final do expediente, seguido de um arrazoado de 9 laudas, o que inviabiliza a estes conselheiros tomar conhecimento em seu inteiro teor; faz referência a registros históricos, mas de forma alguma pode se dizer que tal memorando possa justificar qualquer ação, até precipitada, por parte do gabinete, em suprimir do Conselho a manifestação. Mencionou a necessidade da lei do fundo de custeio; quanto à análise do TCE – limitações da LRF – não são empecilhos; a saída de alguns defensores e até mesmo aposentadoria de outros abre espaço para novas nomeações, já que o custeio estaria preservado pela aprovação do ano anterior; a limitação não seria empecilho; o que se deixa de gastar com a folha dos que saíram pode ser aproveitado com outras nomeações. Em relação à visita ao ministro Sebastião, do STJ, lembrou que no ano passado, no âmbito da Desits criminal, teve determinado processo por meio de recurso especial, apresentado por ele, tratando de matéria relacionada aos crimes do júri, cujo resultado abriria enorme precedente favorável à Defensoria Pública em âmbito nacional; acompanharam o trâmite; tentaram fazer uma sustentação oral em Brasília e lamentavelmente não foi possibilitado comparecer àquela instância porque, segundo o gabinete, pelo assessor responsável à época, a Defensoria não tinha orçamento para passagem aérea; que foi negado provimento e a Defensoria perdeu a tese; falou das sustentações orais da Desits criminal; dos resultados

Almeida
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



positivos, significativos, desta atuação; que o procedimento deveria ser adotado perante todas as demais câmaras, tanto cíveis e Tribunais Superiores, em Brasília, como outras Defensorias já o fazem, especialmente as do Rio de Janeiro e São Paulo. Em relação ao monitoramento do PGA, disse que examinou, abriu, e verificou que foi apresentado um gráfico sob a imagem de pizza e neste gráfico apenas 34% das propostas de 2015 e 2016, teriam sido totalmente cumpridas; em relação a Uberlândia, parabenizou pela aquisição de nova sede e indagou se foi construída no terreno doado, se a sede é alugada, e se foi alugada, qual foi a destinação dada à sede anterior, e qual foi o custo da implantação; e por fim, quanto às audiências de custódia, indagou se houve adesão do MP e como a Defensoria vai se desincumbir deste ônus em face da precariedade do número de defensores públicos.-----

A Dra. Christiane, sobre a comarca de Novo Cruzeiro, disse que a colega que foi designada, ficou lá por dois meses e pediu exoneração; isto só se justifica; qualquer planejamento, quando isto acontece, ele requer um replanejamento dentro da DPMG, que envolve uma série de questões, reuniões sucessivas; falou das reuniões realizadas com o primeiro escalão do Estado; que o conselheiro Fernando Marteletto já sabe disto; que o limite prudencial alcançou o Conselho anterior. A questão do limite de pessoal da Defensoria está dentro hoje do limite do Estado; que o conselheiro Fernando Marteletto não entendeu ainda a situação da Defensoria neste momento, em razão do limite prudencial; que sobre os impedimentos da LRF, já foi dito por diversas vezes; fez a leitura de artigos relacionados ao tema, LRF; disse que não dorme em razão da Defensoria Pública; que vive em função da Defensoria Pública; que pensou até em transferir a defensora de Almenara para Novo Cruzeiro; que conseguiram orçamento para nomear 100 novos defensores em razão do projeto de expansão; disse não ter culpa de a defensora ter ido para o Mato Grosso; que pelo IDH Novo Cruzeiro ganha; Que Almenara ganha em população; que o projeto de expansão foi cumprido quase em sua integralidade, mais de 90%; falou de reuniões realizadas com o governo para a construção de uma solução jurídica para nomear novos defensores; disse que apenas a Defensoria Pública conseguiu nomear. Quanto ao encaminhamento do projeto de lei - pediu desculpas pelo horário do encaminhamento do memorando. A intenção foi a melhor possível, a de otimizar os trabalhos; fez um resgate histórico do projeto; disse que nunca nada vai estar 100% perfeito; os defensores gerais saem, mudam, os conselheiros, idem, e a Defensoria precisa avançar; isto reflete dentro das nossas Instituições; falou das eleições municipais; que a intenção foi atender aos interesses da classe; a lei da área meio depende do reconhecimento da iniciativa de lei; que é muito importante para a



Defensoria Pública; é a verdadeira expressão da autonomia da Defensoria Pública; pediu o apoio de toda a classe, da administração superior, defensores e servidores; falou da impossibilidade do encaminhamento de projeto com impacto orçamentário. Sobre a atuação nos tribunais, disse que o planejamento estratégico está aí para identificar estes gargalos; que acha que o registro foi relevante. Sobre o PGA, os dados do PGA foram os dados mais precisos possíveis; que não tem interesse em ficar mascarando dados. Agradeceu os colegas do VII que apresentaram a carta de Boa Esperança, tratando de questões interessantes, que serão adequadas ao PGA ou ao planejamento estratégico; que isto demonstra que os colegas estão participando. Disse que cada sede inaugurada é uma conquista de todos nós; que em Uberlândia são 27 defensores e a sede estava caótica; que os defensores de Uberlândia através de emenda conseguiram R\$500.000,00 que não daria sequer para fazer a fundação; que este dinheiro servirá para reformar a sede atual; que a partir da reforma da sede antiga, os defensores serão divididos, e lá funcionará a atuação extrajudicial. Sobre as audiências de custódia, disse que o MP não assinava o convênio porque não tinha uma lei federal prevendo. Falou da importância efetiva da ocupação do espaço institucional; que este projeto é atribuição nossa.-----

O conselheiro Wagner cumprimentou a todos; sobre a sede de Uberlândia, disse sobre a emenda do deputado Wellington Prado; que a nova sede é alugada.-----

Sobre as audiências de custódia, a Dra. Christiane disse que o MP também assinou. Sobre os limites LRF, disse que no momento não se recomenda que nomeie defensores públicos enquanto não se construa uma saída; que a AGE está estudando possibilidades.-----

O conselheiro Fernando Orlan cumprimentou a todos; discorreu sobre a sede de Uberlândia, com os sistemas elétricos e hidráulicos comprometidos; disse que o chefe dos bombeiros chegou a querer interditá-la; que teve até curto circuito; falou da emenda do deputado Wellington Prado; disse que tiveram que mudar a rubrica para reforma; R\$500.000,00 não dava para nada; que a sede antiga será reformada e lá vai funcionar um núcleo de resolução extrajudicial de conflitos; agradeceu a administração superior pelo empenho; disse que se não tivessem alugado o prédio, a Defensoria de Uberlândia estaria desabrigada. Cumprimentou os defensores da criminal por assumirem as audiências de custódia; falou da mínima reincidência quando o cidadão é atendido na audiência de custódia; pontuou sobre o encaminhamento da lei; o momento político é diferente do tempo da administração. Disse que dentro do possível, pudesse apresentar os procedimentos com antecedência; às vezes as coisas devem ser feitas de forma breve e ágil. Sobre o anteprojeto da área meio, disse que gostaria de participar, mas não vai ser possível.



Deixou registrado que o analista vai poder ganhar 90% da classe especial; que deveria ser de 70% no máximo, da classe inicial; que o art. 49, é inconstitucional. Pediu que analisassem com bastante cuidado; gostaria de convidar todos os defensores públicos para a inauguração da sede de Uberlândia no dia 28 de março. -----

O conselheiro Thiago Dutra, disse que gostaria de abordar a questão dos plantões; que a compensação deveria ser de dois dias pelos domingos e feriados; sobre a expansão das audiências de custódia, o plantão não pode recair só sobre os defensores da área criminal, pois vai sobrecarregar o serviço ainda mais; que os colegas do interior já estão trabalhando no limite; que vai ficar excessivo, desproporcional, podendo gerar danos à saúde. Sobre as defensorias únicas; para não ter fechamento, como Jaboticatubas e Novo Cruzeiro; deu uma sugestão: não fossem providas as defensorias únicas inicialmente; disse que em Jaboticatubas a defensora esteve de licença médica e fechou a Defensoria. Sobre a iniciativa de lei, disse que o Conselho só pode opinar e se for consultado; parabenizou a DPG pela iniciativa de lei; acha que houve um mal entendido, uma falha de comunicação; que o Conselho e a Adep estavam de acordo com o projeto inteiro; que quando foi cindido, virou outro projeto. Sugeriu uma nota que este Conselho e a Adep não foram informados que o projeto não tinha sido encaminhado de forma separada. Sobre o anteprojeto da área meio foi dito que não poderia alterar; apenas a redução do quantitativo de cargos era para ser apreciada; que a partir do momento que um projeto mais trabalhoso é encaminhado e um mais tranquilo é encaminhado de forma direta à assembléia, parece que o abacaxi é dividido com o Conselho e o que é mamão com açúcar não. Disse que não espera em momento algum que a DPG tenha a conduta que teve o ultimo artigo da nota da DPG em 27.03.12 - fez a leitura. É jogar nas costas do Conselho uma responsabilidade que ele não tem; é para dividir ônus e bônus.-----

A Dra. Christiane agradeceu as ponderações sempre muito lúcidas do conselheiro Thiago; disse que é importante colocar as questões às claras; que não quer mal entendido com o Conselho; nunca é mamão com açúcar o dia a dia; que precisamos lutar muito juntos; que não poderíamos perder o bonde da história. Agradeceu as ponderações. Sobre as defensorias únicas disse que acha importante refletir sobre isto; está registrada a sugestão; que a geração de dias de créditos às vezes prejudica os colegas. -----

A conselheira Érika manifestou-se sobre a implantação do projeto "audiência de custódia" na comarca de Contagem; mencionou sobre reunião realizada na Defensoria de Contagem; deixou uma reflexão sobre as condições para assumir tal encargo; disse que, sem entrar no mérito da importância da participação da Defensoria Pública no projeto, a situação da Defensoria de Contagem é dramática; disse



que a Defensoria de Minas está sem a menor condição de participar das audiências de custódia; que a Defensoria de Contagem possui 19 defensores; que o defensor teria que trabalhar 5 sábados e 5 domingos por ano; que Contagem é uma comarca extremamente asoberbada de trabalho; que os defensores já não conseguem mais tirar os créditos; que vai ser mais um esforço pessoal; que vai gerar uma dificuldade muito grande; que a situação é lamentável; que não haverá nenhuma contrapartida remuneratória e nem previsão disto; que a Defensoria de Contagem não tem a menor condição de participar das audiências de custódia, embora gostassem de participar. Sobre o memorando: disse que o vê com outros olhos; agradeceu a Dra. Christiane por ter enviado o memorando; disse que a lei da área meio não foi enviada por conta de uma discussão do Conselho e que trouxe respostas importantes; falou da reunião realizada com os assessores do gabinete e com o DRH e a Marina Gomes; que foi à reunião representando o Conselho e puderam apontar uma série de equívocos; que o Conselho sentiu a necessidade de discutir o tema e ampliá-lo; que encontraram falhas no anteprojeto; que o debate foi produtivo. -----

O conselheiro Marco Túlio aderiu à fala da conselheira Erika sobre as audiências de custódia; disse que os colegas de Ribeirão das Neves e Governador Valadares o procuraram com o mesmo receio; hoje há menos defensores e uma maior sobrecarga de serviços; que haverá audiências em finais de semana; que não há defensores para tanto; que a realidade do interior é outra, sendo mais uma atribuição ao defensor; disse que é questionável até que ponto temos que abraçar atribuições novas sem estrutura; falou que ficou muito surpreso quando às 10 horas recebeu o vídeo da entrega do anteprojeto na assembleia; que acha que os demais membros do Conselho Superior também ficaram magoados; disse que estivemos juntos na véspera, discutimos outra lei, a lei da área meio, e nada foi dito; que faz uma crítica construtiva; que o não passar pelo Conselho demonstrou uma menor importância do Conselho; citou o exemplo da cooperação obrigatória; disse desejar que o conselho seja tratado com a importância que ele merece; que as coisas no Conselho representam um momento de reflexão e construção; que os defensores das comarcas de Ribeirão das Neves, Betim, Governador Valadares e Contagem o procuraram com receio e saber o que poderia ser feito por eles em relação a mais esta atribuição; sobre o memorando, disse que aceitava as desculpas pelo horário enviado; que o horário não ajudou muito; disse que analisou os dois anteprojetos, o da época da Dra. Andréa e o que foi enviado e são muito similares; que se tivesse sido apresentado em reunião certamente teria passado; disse que são pequenas coisas que vão gerando rompimentos; que o momento é de união; que precisamos crescer; pediu sincero apoio ao

Mano
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



projeto audiências de custódia, para uma rápida resposta social; disse que o projeto é atribuição nossa, "é a cara da Defensoria".-----
O conselheiro Wagner disse que dava o seu testemunho em relação ao procedimento da entrega do anteprojeto; disse que também ficou sabendo uma hora antes.-----

A Dra. Christiane disse que tudo o que faz é pautado na mais pura verdade; sobre a audiência de custódia, falou da importância da participação como política institucional; que se reduzem as visitas aos presídios, bem como o número de *habeas corpus*; que acha que é importante o diálogo; que também se preocupa com isto; falou do projeto piloto na capital em relação às audiências de custódia; que a partir de 01 de maio vai valer para todas as demais comarcas listadas; que para isto tentará envolver a região metropolitana toda; pediu a colaboração dos colegas, dos conselheiros e disse que está sempre aberta ao diálogo.-----

O conselheiro Galeno fez as suas considerações sobre as audiências de custódia; disse que de fato são importantes, mas que se preocupa com a situação dos colegas, com a sobrecarga de trabalho e que todo o apoio da administração superior é necessário.-----

O representante da Adep, Heitor Baldez, disse que sempre frisa a importância do diálogo, do debate, para que possa render frutos; disse que já identificaram alguns pontos para debate no projeto encaminhado à ALEMG; que o projeto precisa de aprimoramentos; disse que espera que o debate seja constante. Colocou-se à disposição para trabalhar pela aprovação e para que o projeto seja sancionado.-----

A Dra. Christiane disse que a parceria da Adep é sempre muito importante.-----

Relativamente ao item 9, da pauta, proposta de redução do quantitativo de cargos do anteprojeto da área meio, foi dada a palavra à conselheira Érika, que se manifestou da forma abaixo.-----

A conselheira Érika fez um breve relato sobre o assunto; falou da reunião realizada com os coordenadores e com o DRH sobre o anteprojeto da área meio; disse que o assunto foi ampliado; que seriam três pontos a serem deliberados; reforçou os três pontos, quais sejam: o vínculo da remuneração a 90% do subsídio do defensor de classe especial; disse que a retirada dela não traria prejuízos; sobre o art. 49, disse que se trata de uma cessão de servidores, que podem trazer alguns problemas de constitucionalidade; disse que o projeto será analisado com lupa, por isto a necessidade de se reanalisar o art. 49; disse que chegaram a um consenso e a reunião foi muito produtiva; que as razões foram explicadas e que na posição do conselho reiterou alguns fundamentos. Falou do impacto orçamentário, já que estamos em um momento de crise extrema; que isto não seja empecilho para um



crescimento institucional. Agradeceu aos colegas que compareceram à reunião e disse que a mesma foi extremamente produtiva.-----

Dada a palavra à defensora Marina Gomes, ela agradeceu o convite para a reunião; fez uma explanação histórica do projeto; a idéia foi formar uma carreira na área meio; disse que a progressão na carreira depende também do mérito, não só do tempo; que buscaram uma carreira que fosse atrativa em relação às outras Instituições do sistema de Justiça; que quiseram prestigiar a carreira da área meio; sobre a vinculação da remuneração do servidor a 90% do subsídio do defensor de classe especial, foi sugestão de uma colega que participou da comissão; que o servidor merece ganhar o que está previsto como teto; sobre a cessão de servidores, disse que houve a inclusão à época, retirando uma carreira do executivo e trazendo para a Defensoria Pública, criando-se uma carreira autônoma, fora do âmbito do executivo.-----

O conselheiro Fernando Marteletto fez considerações sobre o anteprojeto, especialmente sobre o número dos cargos antes e depois da revisão feita pela comissão.-----

A coordenadora Roberta Mesquita respondeu às indagações informando os números de cargos previstos primitivamente e os atuais.-----

O conselheiro Fernando Marteletto comentou sobre os números; disse que percentualmente seria uma redução da ordem de 2/3 para os cargos de assessores e 20% dos cargos de analistas. Indagou como se chegou a estes números; se foi levada em conta uma perspectiva de crescimento e qual vai ser o impacto na rotina de trabalho.-----

A defensora Marina Gomes disse que o quantitativo inicial foi feito com base no número de servidores atuais e pensando no futuro, como a demanda seria acolhida na Defensoria de uma forma ideal; acha que não haverá prejuízo; haverá uma sobra grande de cargos; que os servidores atuais não ocuparão todos os cargos; que há uma margem para cima, com possibilidade de abertura de concurso público futuro. Sobre o impacto orçamentário, disse que inicialmente houve entrave, dificuldade na conversação com a equipe econômica do governo, mas não participou das tratativas.-----

A coordenadora Roberta Mesquita falou da redução de 400 milhões para 60 milhões, o impacto orçamentário anterior e o atual do anteprojeto; que nada impede a ampliação do projeto e dos cargos no futuro; que trabalharam com um menor impacto possível, atendendo a situação de hoje.-----

O conselheiro Wagner pediu à Marina Gomes uma explanação sobre como ficaria a situação dos ATJS e dos Gestores e indagou como foi o plano dentro do anteprojeto.-----

A defensora Marina Gomes disse que os servidores da ADI, estão todos posicionados na lei nº 15.301/04, cargo de origem, de gestor,

Handwritten signatures and initials:
- A signature that appears to be "Rosa"
- A signature that appears to be "Roberta"
- A signature that appears to be "Fernando"
- A signature that appears to be "Wagner"
- A signature that appears to be "Marina"



de nível superior e estes servidores vão ser posicionados na nova carreira de analista; que o posicionamento levará em conta a escolaridade.-----

O conselheiro Ricardo, sobre a lei nº 15.301, disse que participou da sua elaboração; que nesta época se dava os passos mais importantes para sair dos quadros da defesa social; indagou sobre o art. 49 do anteprojeto: porque ainda hoje tem a opção se já houve lá trás? Os servidores estão tendo uma nova oportunidade?-----

A defensora Marina Gomes disse que foi uma tentativa de prestigiar os servidores que estão na carreira de uma forma defensável; que em que pese na época ter havido a opção, ainda estão vinculados ao executivo, por força da lei nº 15.301.-----

O conselheiro Ricardo mencionou o art. 39 do anteprojeto, sobre a extinção de cargos com a vacância, não haveria mais concurso para auxiliar administrativo. Sobre o percentual 90%, disse que a progressão na carreira além de depender de condição pessoal, a progressão será anual; assim, dependerá de 40 anos para se chegar ao topo da tabela; que isto é uma vida de dedicação, de mérito e de tempo; que é uma retribuição compatível com a dedicação. Sobre o art. 4º, II, disse que há remissão a lei complementar e indagou se não seria ordinária. Sugeriu que fique apenas lei; disse que a questão da redução do quantitativo de cargos não traz tanta importância se não houver contratações. Disse entender que o quantitativo deveria ser o anterior.-----

A dra. Christiane discorreu sobre o quantitativo de cargos, sobre os motivos da redução; falou da necessidade do "atesto", em razão de ausência de percentual próprio; que deixou isto claro no memorando para responder aos questionamentos; que o entendimento do governo, do legislativo, do TCE é pela necessidade do "atesto".-----

O conselheiro Wagner disse que concorda que o ideal seria mandarmos a lei com todos os quantitativos; disse que o entendimento do secretário de planejamento é no sentido de que tem que ter o "atesto". Que o impacto anterior de 400 milhões é mais do que a folha atual. Indagou se foi mensurado no quantitativo, se fizer a transposição de todos os servidores da lei nº 15.301, quanto teria disponível para concurso.-----

A coordenadora Roberta Mesquita disse que seriam 106 no total. Disse que poucos servidores terão um valor muito alto; que a progressão na carreira dependerá do tempo. Disse que os novos concursados não terão vantagens consideráveis por causa das vantagens pessoais.-----

O conselheiro Wagner disse que todo o trabalho da comissão que elaborou o projeto foi baseado no estudo da fundação João Pinheiro Júnior.-----



O conselheiro Galeno fez suas considerações; disse que sobre a vinculação a 90% poderia ser retirada; defendeu a redução do quantitativo de cargos; defendeu a tabela de vencimentos; disse que temos que ter uma carreira atrativa, para não virar trampolim; defendeu a transposição; que temos que valorizar os nossos servidores, principalmente aqueles que estão na Defensoria há mais tempo; disse que é preciso ter um limite temporal e ver quais servidores seriam contemplados; fez menção a um caso específico, o do servidor Édson, que não teve a possibilidade de optar pela Defensoria, mas que aqui está há muito tempo.-----

Em seguida o doutor Atalir pediu a palavra para se manifestar. Cumprimentou a todos; agradeceu todo esforço empenhado; disse que está satisfeito com a mensagem que está levando hoje desta Casa; que é um retrato novo; que determinados pontos políticos requerem emergência; enalteceu o Conselho Superior, a sua dinâmica de interagir, inclusive com os novos defensores; disse que teve oportunidade de participar de trabalhos com o doutor Ricardo Sales, quando este era Subdefensor à época; disse que o projeto a ser encaminhado não carece mais de nenhuma pinça; perguntou sobre o envio deste projeto e pediu urgência. Continuou discorrendo sobre a evolução histórica do anteprojeto, da situação dos servidores que serão abrangidos e fez defesa do art. 49, do anteprojeto.-----

A doutora Christiane agradeceu as palavras do doutor Atalir e a sua contribuição para os debates do Conselho Superior e o parabenizou pela oratória.-----

O conselheiro Wagner cumprimentou o doutor Atalir pela contribuição aos debates; falou que questão é urgente; devemos ser céleres no encaminhamento da lei. No tocante aos quantitativos, disse que seria uma forma de viabilizar em razão da lei de responsabilidade fiscal; disse que a vinculação da remuneração ao subsídio da classe especial deve ser retirada e permanecer intocada a tabela salarial, pela história e dedicação dos servidores. Sobre a abrangência do direito de opção, disse que é defensável a todos enquadrados na lei nº 15.301; disse que devemos prezar pela segurança jurídica; que não queremos uma nova lei 100; que a questão deve ser solucionada para ontem; que a Defensoria não vai conseguir alçar grandes voos sem a lei da área meio, que potencializa o trabalho do defensor público.-----

O conselheiro Ricardo concordou com o conselheiro Wagner na urgência do encaminhamento da lei; disse que deve sair urgente para corrigir esta questão da defasagem salarial dos servidores; disse que deve haver previsão para a possibilidade de concurso para provimentos de cargos de MGS, até que se envie outro projeto aumentando o quantitativo de cargos; falou que a preocupação com o art. 49 é que não venha mais pessoas; espera que as alterações pontuais sejam feitas; falou que é preciso extirpar o percentual;



lembrou que no topo serão poucos os agraciados; falou que temos que valorizar pelo menos as pessoas que tem condições de progressão.-----

O conselheiro Galeno colocou-se de acordo com a redução dos cargos; pela manutenção da tabela remuneratória; em relação ao art. 49, com limitação temporal; pela não vinculação e pela urgência.-----

O conselheiro Thiago disse que concordava com o projeto nos termos redigidos, à exceção do art. 36, que acha que deve ser retirado, a vinculação da remuneração a 90% do subsídio de defensor de classe especial; sobre o art. 49, disse que não estava seguro da constitucionalidade, mas votou com o conselheiro Galeno, pela necessidade de resolver as questões levantadas na sessão do Conselho; colocou-se de acordo com a manutenção da tabela remuneratória.-----

O conselheiro Fernando Martelletto reconheceu a importância do projeto de lei na vida de cada um; disse conhecer a situação de cada um; disse que teve a oportunidade de conversar com vários servidores, muitos em situação de quase desespero; disse que em reiteradas vezes manifestou que este projeto era prioritário até mesmo do que o de reforma da lei nº 65/03; que tem que valorizar os servidores da área meio; que é importante a valorização dos servidores; que teve a satisfação de participar das discussões desde que o anteprojeto aportou no Conselho; que discutiu os termos do projeto de lei; que depois dos esclarecimentos da defensora Marina Gomes e da coordenadora Roberta Mesquita, verificou que houve redução drástica de valores e quantitativos e os exemplificou. Disse que acha que não teremos gordura para queimar, em razão das concessões a fazer, considerando que a iniciativa é da DPG. Disse que se abstinha de votar neste projeto levando em consideração os seus argumentos.-----

A conselheira Érika colocou-se de acordo com a redução do quantitativo de cargos; reiterou a manifestação da retirada do art. 36 e art. 49, pelas razões já apresentadas e manifestou-se pela manutenção da tabela remuneratória.-----

O conselheiro Marco Túlio disse que adotava os fundamentos expostos na última ata; era pela redução do quantitativo de cargos e pela retirada dos arts. 36 e 49; manifestou-se pela manutenção da tabela remuneratória.-----

O conselheiro Ricardo disse que o art. 49 merece uma análise aprofundada sobre a sua constitucionalidade e também disse sobre a necessidade de adequação temporal.-----

À unanimidade, os conselheiros votam pela exclusão do art. 36, do anteprojeto da lei da área meio, com previsão da vinculação da remuneração do servidor a 90% do subsídio do defensor de classe especial.-----



À unanimidade foi mantida a tabela remuneratória.-----
Por maioria, 4 x 2, foi mantido art. 49, a ser objeto de adequações
futuras, conforme abaixo.-----

Ficou decidido que para os trabalhos de adequação do art. 49, os
conselheiros Galeno e Érika trabalhariam em conjunto com a
comissão, com a corregedoria e assessoria do gabinete, com prazo
até 05 de abril.-----

Sobre a análise da sua constitucionalidade, ficou decidido que se a
comissão chegar à conclusão de que é inconstitucional o art. 49, a
matéria será levada de volta ao Conselho, na próxima sessão e que o
resultado dos trabalhos deverá ser encaminhado com antecedência
ao email do Conselho.-----

A doutora Christiane, a pedido da conselheira Érika, para a próxima
sessão do Conselho, sugeria a apresentação dos trabalhos realizados
sobre a reforma do regimento interno do Conselho Superior.-----

Relativamente à próxima sessão, em razão de consulta formulada aos
defensores da regional Mata I, considerando feriado, posse de
corregedor, a sugestão dos defensores foi de que a reunião ocorresse
no dia 18 de abril de 2016, a partir das 10:30 h., na cidade de Juiz de
Fora, inaugurando-se as sessões itinerantes do Conselho Superior, o
que foi aceito por todos.-----

Também ficou definido que a posse do corregedor geral ocorrerá em
sessão extraordinária a ser realizada no dia 28.04.16, a partir das
11:00 h., e não mais às 17:00 h., em razão de compromissos
externos da defensora pública geral.-----

A doutora Christiane pediu o apoio da Adep para gravação desta
sessão itinerante e o representante daquela, Heitor Baldez, ficou de
conversar com o presidente, Eduardo Generoso, e dar a resposta
posteriormente.-----

O conselheiro Marco Túlio encaminhou uma solicitação de
levantamento de sedes que tem problema de faxina e fornecimento
de água, conforme encaminhamento dos respectivos defensores,
sendo elas: a - Formiga: não há limpeza; os defensores pagam do
próprio bolso; havia um procedimento de contratação de MGS para
isso, mas a informação é que o contato foi suspenso e os defensores
não vão mais arcar com os custos; b - Governador Valadares: não há
água e os Defensores são responsáveis por fazer um rateio mensal;
também há informação de que lâmpadas queimam e são trocadas
pelos próprios defensores, que para tanto pagam R\$25,00 mensais;
c- Abre Campo: defensores pagam a faxina com o próprio dinheiro; d
- Almenara: defensora paga água do próprio bolso e a faxina é feita
pelo fórum; e - Araxá : Defensores pagam a faxina com o próprio
dinheiro; f - São João da Ponte: faxineira paga pelo defensor; g -
Caxambu: faxina do fórum e água pagas pelo próprio defensor;



defensor não consegue instalar um frigobar porque o padrão de energia é do fórum e não houve permissão ao defensor para fazer isso; h - Pirapora: sem limpeza. A funcionária do fórum faz a limpeza por amizade, mas o diretor do foro já proibiu; I - Curvelo: sem limpeza e sem água; defensores arcando com os custos; J - Sete Lagoas: recebem apenas 5 galões de água por mês, quantidade insuficiente para o número de 7 Defensores, estagiários e servidores; K - Caratinga: pagam pela faxina; L - Ribeirão das Neves: apenas uma faxineira para as duas casas; M - Teófilo Otoni: os defensores estão comprando água do próprio bolso, gastando em média R\$ 250,00. Sendo estas as Defensorias que relataram problemas com água ou faxina, pediu o conselheiro Marco Túlio que fosse feito um levantamento de quais sedes no Estado se encontram na seguinte situação: sem faxina e sem água ou com o comprometimento destas, o que o possibilitará a análise da possibilidade de apresentação de proposta de Deliberação com as condições mínimas de estrutura para que sejam abertas novas Defensorias.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a terceira parte da sessão às 18:50 h., lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores conselheiros. Belo Horizonte, 18 de março de 2016.


Christiane Neves Procópio Malard


Wagner Geraldo Ramalho Lima


Ricardo Sales Cordeiro


Galeho Gomes Siqueira


Thiago Dutra Vaz de Souza


Fernando Campelo Martelletto


Erika de Almeida Gomes


Fernando Orlan Pires de Resende


Marco Túlio Frutuoso Xavier


Heitor Teixeira Lanzellotti Baldez